EDUCAÇÃO SUPERIOR: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DOCENTE POR MEIO DE COOPERATIVAS DE MÃO-DE-OBRA

Adolfo Ignacio Calderón (IMES/UMC) - calderon@umc.br
Francine Martins (UMC) - francine@umc.br
Henrique da Silva Lourenço (UMC) - lourenco.hs@gmail.com
Raquel de Moraes (UMC) - raquel.demoraes@hotmail.com

Resumo

Este trabalho aborda o exercício da função docente por meio de cooperativas que atuam na Educação Superior Particular Brasileira. Analisa dados qualitativos acerca deste emergente fenômeno educacional, surgido no início da presente década. Entrevistaram-se dez professores (doutores, mestres e especialistas) procedentes de quatro diferentes Instituições de Educação Superior de São Paulo, que atuaram sob essa modalidade contratual. Entre outros resultados, constatou-se, no corpo docente, uma insatisfação generalizada diante da prevalência da lógica mercantil e ausência de direitos trabalhistas, gerando uma predisposição permanente para o abandono deste tipo de trabalho.

Palavras-chave: Educação Superior Particular; Terceirização de professores; Gestão Universitária.

I. INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no cenário universitário na década de 90, por meio da institucionalização do mercado de educação superior, possibilitaram o surgimento de estudos e pesquisas focalizadas especificamente na expansão da educação superior particular.

Na metade da presente década, assiste-se a um novo fenômeno na área da gestão universitária: a terceirização de professores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

Trata-se de uma temática polêmica que recentemente está chamando a atenção de pesquisadores, do governo e diversos atores do cenário

educacional, ganhando projeção, no âmbito da educação superior, na medida em que algumas Instituições de Educação Superior (IES) vem terceirizando a mão-de-obra do professor universitário, sujeito responsável pela condução do processo ensino – aprendizagem.

Como diz Vasconcelos (2006, p. 21), professores e alunos são figuras centrais na relação ensino aprendizagem. Contudo, "a figura do professor deve ser ressaltada como sendo aquela que imprime sentido a esta relação na qual professor e aluno ocupam lugares e papéis já demarcados, aprioristicamente determinados pela instituição que os abriga" (idem.).

Como já afirmou Giosa (1999, p.11) "a prática da terceirização não é novidade no mundo dos negócios". É um "enfoque estratégico". Trata-se de uma "tendência de transferir, para terceiros, atividades que não fazem parte do negócio principal da empresa". (GIOSA, 1999, p. 14).

Na educação superior a terceirização constitui-se numa prática com sustentação legal sempre que se atenham às chamadas atividades-meio: limpeza, segurança, jardinagem, assessoria jurídica, entre outros. A polêmica surgiu quando tal prática estendeu-se à chamada atividade-fim, isto é a docência.

Diante desse cenário convém questionar: Como os professores cooperativados abordam essa modalidade contratual? Quais são os aspectos positivos e negativos? Qual o grau de satisfação no desempenho da função docente por meio de cooperativas? Por quais motivos os professores aceitam esse tipo de contrato? Será que somente os professores com baixa titulação ou em início de carreira aceitam esta forma de trabalho?

Neste artigo objetivou-se compreender a forma como se processa o exercício da função docente por meio de cooperativas que atuam na Educação Superior Particular. Para tanto, analisaram-se dados qualitativos que possibilitaram uma aproximação a essa forma do exercício profissional, uma prática trabalhista que vem sendo profundamente questionada pela Justiça do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho e pelos Sindicatos de Professores. Adotou-se a análise de conteúdo de dez entrevistas realizadas com professores universitários (4 especialistas, 3 mestres e 3

doutores) que atuam, por meio de cooperativas, em quatro IES Particulares do Estado de São Paulo.

No desenho do projeto de pesquisa, um estudo de natureza quantitativa estava totalmente descartado uma vez que as cooperativas de mão-de-obra de professores transitam num nebuloso cenário cuja legalidade é profundamente questionada, sendo inviável conseguir uma amostra maior com cinqüenta, cem ou duzentos professores cooperativados.

Assim, a pesquisa qualitativa tornou-se a mais apropriada, uma vez que este tipo de pesquisa segue "a tradição compreensiva ou interpretativa, isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado" (Patton, apud. ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 131).

Convém mencionar que houve grande dificuldade para conseguir professores-voluntários dispostos a participar da pesquisa devido ao receio de possíveis represálias. Desta forma, optou-se por adotar a técnica de pesquisa chamada "Bola de Neve", a mesma que é recomendada por Lincoln e Guba (apud. ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 163) nos casos em que não é possível obter muitas informações prévias sobre o contexto investigado. Essa técnica consiste em "identificar uns poucos sujeitos e pedir-lhes que indiquem outros, os quais, por sua vez, identificarão outros e assim sucessivamente, até que se atinja o ponto de redundância (idem.)".

Para efeito dessa pesquisa, utilizou-se um roteiro pré-estruturado e padronizado para os dez informantes, tentando obter informações que nos permitam uma aproximação do perfil dos professores cooperativados, suas motivações, condições de trabalho e grau de satisfação no exercício da função docente.

II. PERFIL DOS INFORMANTES E UMA HIPÓTESE NÃO COMPROVADA

Na amostra coletada, 90% dos professores exercem a função docente em faculdades, sendo 10% em universidade. A formação dos informantes é bem diversificada e heterogênea, concentrando-se principalmente na área das Ciências Humanas, sendo 30% na área de Pedagogia, 30% na área de Administração e/ou Economia e 30% com profissionais das áreas de Turismo, História e Sociologia. Da área de Exatas, somente um professor formado em Matemática, correspondendo a 10%.

A experiência profissional na educação superior dos professores entrevistados também é bastante diversificada, uma vez que não se concentram somente numa única variável, sendo que 30% possuem reduzida experiência (de um a cinco anos), 30% possuem mediana experiência (de mais de cinco até dez anos) e 30% possuem grande experiência (de mais de dez anos até quinze anos). Apenas 10%, somente um único professor, possui vasta experiência docente com mais de 20 anos de carreira. Estes dados sinalizam a inexistência de vinculação entre a aceitação desta modalidade contratual com o início da carreira docente, fato que aprofundaremos mais adiante.

Em relação ao tempo de serviço nas cooperativas, 50% de nossos informantes atuam nelas entre dois e três anos, sendo que 30% encontram-se na faixa de até um ano de experiência e 20% na faixa de um a dois anos. O pouco tempo de serviço dos professores entrevistados reflete um fato concreto: o fenômeno objeto deste estudo é bastante recente.

A contratação de professores por meio de cooperativa iniciou-se na presente década. Registros apontam que a Faculdade Sumaré, condenada pela justiça, em 2006 a registrar os professores cooperativados, iniciou suas atividades em 2000 já sob esta modalidade contratual. De acordo com a Federação das Cooperativas Educacionais de São Paulo, estima-se que no Estado exista um total de quinze mil professores cooperados (TAKAHASHI, 2006).

Um outro dado importante é o fato de que nenhum dos informantes havia trabalhado anteriormente por meio de cooperativas, sendo a totalidade contratada no regime hora/aula, os tradicionais professores "horistas",

regime apontado, em 1977, por Leite (1980), como uma das pragas da educação superior, uma vez que o educador se torna

> "professor–caixeiro–viajante que, desnutrido física e intelectualmente, ganha seu pão itinerantemente, em diferentes cidades às vezes, sem tempo de se atualizar e de se dedicar, minimamente que seja à pesquisa e reflexão; verdadeiros Zumbis vomitando conhecimentos obsoletos e, freqüentemente, errôneos ou viciados" (LEITE, 1980).

Ressalta-se também que 90% dos professores já haviam trabalhado ou estavam trabalhando sob o regime CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, registrados em carteira de trabalho com todos os benefícios sociais. Somente 10% dos informantes, um único professor, especialista, nunca tinha trabalhado sob o regime CLT e era sua primeira experiência na docência na Educação Superior.

Uma das primeiras constatações da pesquisa é a nulidade de uma das hipóteses iniciais que relaciona os professores universitários em início de carreira à aceitação dessa modalidade contratual.

Inicialmente acreditava-se que somente professores em início de carreira e com baixa titulação, aceitavam essa nova forma de relação trabalhista. Contudo, a pesquisa demonstrou que isto não procede, uma vez que 70% dos informantes possuíam mais de cinco anos de experiência. Além disto, nos depoimentos dos dez entrevistados há um elemento consensual, todos alegaram que dentro dessas cooperativas existem professores com os mais diversos títulos acadêmicos e com uma heterogênea experiência no campo da docência. Conclui-se, pois, que delas participam professores independentes da experiência docente e titulação.

De 100% dos entrevistados, 80% fazem da docência universitária sua profissão principal, somente dois dos entrevistados, ou seja, 20% atuavam em outras áreas profissionais, para eles a docência se vincula ao prazer de

lecionar como uma forma agradável de complementar a renda e não ao exercício de uma carreira profissional.

Esses 20% da amostra, que não vivem da carreira docente e a considera um momento de prazer e satisfação pessoal que lhes proporciona ingressos financeiros, fazem parte dos atores que tornam complexa a constituição da identidade do professor universitário. Muitos pesquisadores têm se debruçado sobre esta questão, Leite (1980), os considera dentro das sete pragas da educação superior, usando o termo de "professor diletante" — advogados, médicos e engenheiros que, movidos quase sempre por uma simplória vaidade, nas horas vagas, são professores universitários.

Também convém registrar que 30% dos informantes têm nas cooperativas sua principal fonte de renda. Para 70%, sejam professores "diletantes" ou professores que vivem da carreira docente, o trabalho na cooperativa era considerado como uma forma de complementar a renda principal, uma vez que, ou exerciam a carreira docente em outras IES como horistas no regime CLT, ou trabalhavam em outras áreas da economia.

Como último dado, deve-se registrar que absolutamente todos os professores alegaram ganhar, por hora/aula ministrada, um valor bastante superior ao pago pelas IES que adotam a contratação por meio da CLT, variando de 50 a 100% a mais, do que a média do mercado de educação superior.

III. MOTIVAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA POR MEIO DE COOPERATIVAS

Nesta pesquisa, a questão das motivações dos professores foi trabalhada em dois cenários. No primeiro, buscamos saber quais foram às motivações dos dez informantes para aceitarem trabalhar em cooperativas. No segundo, tentamos por meio dos informantes, uma aproximação das motivações dos professores, que atuam nas cooperativas como um todo, sendo questionados sobre quais os motivos que levaram seus colegas a aceitarem essa modalidade contratual.

Da comparação desses dois cenários realizaram-se inferências válidas, novas hipóteses de trabalho, para a compreensão de nosso objeto de estudo, utilizando a análise de conteúdo das entrevistas devidamente transcritas. Como consta no livro de Bardin (1977), a inferência está relacionada com a indução, sendo a análise de conteúdo um bom instrumento para se investigarem as causas a partir dos efeitos. Conforme Lakatos (2001), a indução é um processo mental por intermeio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, neste caso as nossas entrevistas, infere-se uma verdade geral, não contida nas partes examinadas, sendo na sua essência conclusões prováveis, ou seja, novas hipóteses de trabalho.

a) Primeiro Cenário.

As entrevistas com os dez informantes revelaram três grandes motivos que os levaram a aceitar trabalhar por meio de cooperativas, os quais podem ser observados no quadro I descrito abaixo.

Quadro I

Motivos que levaram os informantes a aceitar trabalhar por meio de cooperativas		
Motivações	Incidência em quantidade	Incidência em percentual
Necessidade financeira: necessidade de sobrevivência familiar e falta de opção	9	90%
Complemento de renda de professores que vivem do exercício da carreira docente	7	70%
Estratégia para novos empregos mais estáveis	4	40%

A respeito desse quadro, cabe salientar que não é uma tabela convencional, uma vez que ao invés de fazer uma somatória de percentuais tendo como referência 100%, objetiva unicamente revelar as abordagens que possuem maior e menor incidência nos documentos coletados.

É importante mencionar que a razão pela qual os percentuais somados não alcançam 100%, deve-se ao fato de que cada professor informou não apenas uma motivação, mas sim, duas ou até três motivações, uma vez que o objetivo não foi somente uma única e focada resposta, sendo utilizado um questionário aberto.

O primeiro motivo e de maior incidência, para 90% dos informantes da pesquisa, é o sentimento generalizado de necessidade financeira. Esta motivação sustenta-se num discurso pautado em dois fatos concretos: a necessidade de sobrevivência familiar e a falta de opção no mercado de educação superior. Nas entrevistas emergiu a imagem do docente universitário, especialista, mestre ou doutor, que enquanto trabalhador tem que sustentar sua família e também sofre as conseqüências psicológicas e financeiras do desemprego, procurando meios de fugir dessa realidade.

> Quando aceitei trabalhar na cooperativa estava sem trabalho.(...) Esse é um momento frágil da vida da gente porque o mercado de trabalho está lhe pressionando para você se qualificar, para você correr atrás, para você ser melhor, para você estar atenta até com que vai falar e tudo mais. Fiquei sabendo da cooperativa quando eu fui entrevistada pela gestora, aí descobri que era cooperativa. Eu estava procurando trabalho e pra mim seria uma experiência e uma oportunidade de estar trabalhando e estar no mercado de trabalho. Eu pensei, bom, é uma oportunidade de fazer amizades com outras pessoas que também trabalham em outras instituições, abrir outros canais que possivelmente podem abrir novas portas e outras possibilidades de emprego - Depoimento Especialista 2.

No discurso da necessidade financeira, ganha maior relevância aquele que diz respeito à falta de "opção" em termos empregatícios, que remete a submissão a um determinado regime contratual diante da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, regulamentado pelas normas da CLT.

> Ou você aceita determinadas regras do jogo ou você está sem aula. Essa é uma realidade. Por esse motivo, muitos de nós tentamos acabar o doutorado, fazer o pós-doutorado como via de ingresso para uma universidade pública, por uma garantia de um trabalho menos insano, para ter uma estabilidade um pouco maior. Mas o que eu quero deixar claro, é que é uma questão de sobrevivência. Então, na verdade, eu aceitei a contratação por falta de opção - Depoimento Mestre 2.

A falta de opção, que 90% dos informantes faz menção, contextualiza-se na atual dinâmica do mercado de educação superior, na qual se equaciona vários fatores, tais como:

- a predominância do regime horista na rede particular, determinando a necessidade de trabalhar em mais de um lugar para compor um salário que possibilite ao professor uma renda que cubra suas despesas fundamentais,
- a instabilidade do mercado de educação superior, diante da acirrada concorrência e do recuo da demanda existente com capacidade financeira de pagar para ter acesso à educação superior, acentuando os índices de vagas ociosas, não preenchidas nas IES particulares, e gerando instabilidade salarial e contratual no corpo docente,
- a tendência existente de reestruturação da forma como se operacionaliza o mercado de educação superior, na medida em que empreendimentos educacionais com dificuldades de viabilização financeira vem sendo incorporados por grandes grupos empresariais.

O segundo motivo de maior incidência diz respeito especificamente ao fato de 70% dos entrevistados focarem o trabalho por meio de cooperativas

como uma forma de complementar a renda obtida em outras IES, na condição de professores horistas, de acordo com as regras da CLT. Em outras palavras, as cooperativas constituem-se uma alternativa de emprego, por hora/aula ministrada, ganhando um valor mais elevado, entre 50 e 100% a mais da média paga no mercado, porém sem os benefícios trabalhistas. Neste caso, o valor maior da hora/aula é apresentado como uma forma compensatória da ausência de direitos assegurados na CLT.

Por último, o terceiro motivo de maior incidência diz respeito ao pensar estratégico dos professores para encontrar uma melhor inserção no mercado de trabalho, aceitando trabalhar em cooperativas como meio de abrir nas novas portas em outras IES ao ampliar o leque de contatos. Esta visão é destacada por 40% de nossos informantes.

b) Segundo Cenário.

Ao questionar sobre quais os motivos que levaram seus colegas a aceitarem essa modalidade contratual, encontramos também três motivações principais, expostas no quadro abaixo. Cabe salientar que este quadro seguiu os mesmos padrões metodológicos utilizados no quadro I.

Quadro II

Motivos pelos quais os informantes acreditam que seus colegas Aceitaram trabalhar por meio de cooperativas		
Motivações	Incidência em quantidade	Incidência em percentual
Necessidade financeira	10	100%
Complemento de renda de professores que não vivem do exercício da carreira docente	9	90%
Atividade remunerada que por conveniência temporária não exige registro CLT. (ex. bolsista)	2	20%

O primeiro motivo, na opinião de todos os informantes (100%), também é a necessidade financeira, sustentada na falta de opção no mercado de educação superior, no desemprego e na questão da sobrevivência. Contudo, esta opinião refere-se à necessidade financeira, principalmente, dos professores cooperativados que têm na docência sua profissão principal.

A segunda motivação, na visão dos informantes com relação a seus colegas cooperativados (90%), é o fato de que para muitos professores das áreas de Direito e Administração de Empresas (profissionais liberais), a docência seria uma atividade complementar à renda principal obtida em outras atividades que não a carreira docente, ou seja, um "bico" [1].

[1]. Palavra utilizada em muitas cidades brasileiras para designar um trabalho extra, eventual, complementar a uma renda principal.

> Muitos professores têm a atividade como um "bico" e por isso o fato de ser cooperado não influi muito. Uma grande parte dos professores cooperados dessa faculdade são executivos ou exercem outro tipo de atividade principal. Quando me refiro ao "bico", é que em conversa com esses colegas vejo que a docência é mais um complemento de renda e não a renda principal de cada um. Já é diferente para os que têm no ensino a sua fonte principal de renda. A opção pela cooperativa só é aceita quando não há a possibilidade de completar a carga horária em instituições que adotem o regime CLT - Depoimento Especialista 1.

Convém destacar as severas e ásperas críticas tecidas a esse tipo de docente, "professor diletante". O tom de denúncia e repúdio, por parte dos informantes, é claro e evidente.

> Hoje, a minha percepção, é que com raríssimas, com poucas exceções, nas IES privadas, a profissão de educador virou um bico. Eu tenho essa percepção, talvez eu esteja errado de fazer disso um meio de vida. Os que estão alheios aos problemas contratuais em geral são aqueles caras que tem outra função durante o dia. Eles vêm, fazem seu biquinho à noite, e pronto. Com esses professores você não pode contar, porque eles estão complementando a renda. Para eles está ótimo, dão aula simplesmente porque gostam, por prazer. Tudo bem eu também faço por prazer, mas espera lá, eu vivo disso tenho que pagar contas, comprar ração do cachorro. Meu cachorrinho que eu gosto tanto. Não pode ser assim, meu cachorro também come nas férias e nos feriados - Depoimento Mestre 3.

Finalizando, a terceira motivação destacada por um percentual reduzido de informantes, 20%, diz respeito ao fato de que esta forma contratual é aceita por ser conveniente temporariamente a bolsistas (doutorandos e mestrandos) que não podem ter registro empregatício (CLT), sob pena de perder sua bolsa de estudos.

IV. GRAU DE SATISFAÇÃO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DOCENTE

A análise do discurso dos informantes a respeito do grau de satisfação docente por meio de cooperativas nos mostra que a maior incidência recai na insatisfação dos professores cooperativados, com 70%. O percentual fica maior ao constatar que 20% dos entrevistados encontram-se pouco satisfeitos. Apenas, 10% encontram-se satisfeito. Ou seja, 90% dos professores estão insatisfeitos e/ou pouco satisfeitos.

Somente um informante mostrou-se satisfeito, alegando que para ele o trabalho de professor é uma alternativa complementar, "eu leciono porque eu gosto e é um complemento da minha profissão e gosto de trabalhar com pesquisas, lecionar e coordenar projetos" (Depoimento do especialista 3).

O grau de insatisfação presente no discurso de 90 % dos informantes torna-se evidente no seguinte depoimento:

> Nós queremos o melhor quando estamos estudando. Eu estudo de domingo a domingo. O investimento é alto. E esse investimento tem que ter um retorno: tendo carteira assinada, tendo todos os meus direitos, até porque é uma questão de cidadania, enquanto trabalhador. Ou seja, eu estou investindo no meu trabalho e minha mão-de-obra deveria ser reconhecida. Mas, dentro da cooperativa isso não existe. Na sala dos professores praticamente não há comentários, mas a gente sempre sai comentando pelo elevador. A gente se sente como escravos. Nesse sistema você não tem seus direitos, só terá seus direitos se você for atrás. É um trabalho escravista ainda. Se eu for atrás, se eu lutar, se eu for ao Ministério do trabalho, se eu for com um

> advogado, eu tenho esse direito... mas até então, não tenho
> - Depoimento Especialista 2.

No discurso acima, constatamos a indignação do informante em relação ausência de valorização, atingindo a dignidade do trabalhador e a ausência dos direitos trabalhistas, explicitando o seu sentimento de revolta diante da sua profissão que exige contínuo preparo e investimento intelectual.

Este argumento é comum entre todos os entrevistados. Além disso, nos depoimentos encontramos sentimentos ambíguos de "amor e ódio" no que se refere à relação docente e o regime contratual. De um lado, o prazer de trabalhar em sala de aula, de outro, desânimo, desmotivação, desvalorização e precarização da função docente.

O fato de receberem o pagamento somente pelos dias trabalhados, e se prejudicarem em cada feriado do calendário escolar, é também um discurso que apresenta grande incidência. Acentuando a tese da ausência de direitos de cidadania.

É unânime o fato de não existir um espaço aberto, mesmo na sala dos professores, para questionar e discutir a relação contratual entre os colegas por receio de serem demitidos. Os informantes afirmaram sentirem-se coagidos para não solicitar informações sobre a cooperativa em termos de relações contratuais. Dois dos informantes alegaram terem sido demitidos quando foram obter maiores informações sobre a forma de funcionamento das cooperativas.

V. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Questionados se existia algum aspecto positivo diante de um alto grau de insatisfeitos ou pouco satisfeitos, 50% dos entrevistados foram enfáticos ao afirmar que não há nenhum aspecto positivo no regime contratual em questão. Entre outras coisas, eles alegavam que é um regime "altamente positivo para o patrão", "positivo somente para a mantenedora, se exonerando de encargos trabalhistas".

Ressalta-se que, 30% dos informantes afirmaram ser um aspecto positivo o fato de estarem pelo menos trabalhando, bem como estarem inseridos no mercado de trabalho. Isto coincide com o fato de que a necessidade financeira, aliada à ausência de emprego e falta de opção, é a motivação que apresenta maior incidência, e leva os professores a aceitarem este regime de trabalho. Para 20% dos entrevistados, o único aspecto positivo do trabalho por meio de cooperativas é o fato de pagarem um valor hora-aula acima da média.

Entre os aspectos negativos, o que apresenta maior incidência, 100 %, é a desvalorização do professor. Trata-se de um fator de cunho psicológico, relacionado com a auto-estima do profissional. Os informantes utilizaram termos duros como "trabalho escravo", "exploração profissional", entre outros. Inclusive, o único informante que trabalha principalmente por satisfação pessoal, afirmou o seguinte em relação a seus colegas:

> Você sente que não são valorizados. Você sente que estão sendo tratados como mercadorias que a qualquer momento podem ser descartadas - Depoimento Especialista 3.

O segundo aspecto negativo explicitamente manifestado por 90% dos informantes diz respeito à ausência dos direitos trabalhistas, devido à flexibilização das relações contratuais.

> É não receber férias, não ter décimo terceiro salário, receber apenas horas trabalhadas, sem o reconhecimento do tempo de preparação, planejamento e avaliação para o *feedback* ao aluno, enfim, não ter os direitos trabalhistas conquistados por lei - Depoimento Mestre 1.

O terceiro aspecto negativo que ganha destaque diz respeito ao reduzido vínculo do docente com a IES, uma vez que, para não configurar vínculo empregatício entre o professor e a IES, as reuniões pedagógicas ficam comprometidas.

Diante deste cenário de insatisfação generalizada envolvendo questões de auto-estima e da dignidade do professor, 70% dos informantes afirmaram que processariam à IES e/ou à cooperativa.

Os depoimentos coletados, não apontam elementos que sinalizam a comprovação de uma das hipóteses iniciais da pesquisa, por meio da qual se acreditava que os professores cooperativados, mesmo cientes do questionamento da legalidade deste tipo de contratação, não denunciariam diante das dificuldades existentes na sua inserção no mercado de trabalho.

Contrariamente ao imaginado, somente 20% alegaram que não denunciam a IES e/ou a cooperativa por receio de serem prejudicados profissionalmente e encontrarem dificuldades de inserção em outras instituições. Trata-se de professores especialistas em início de carreira.

Do total de informantes, 10%, que equivale a um único informante, alegou que não processaria, não tanto por receio de represálias, mas sim por uma questão que ele considera ética, estava ciente da modalidade contratual e concordou com as "regras do jogo".

VI. À GUISA CONCLUSÃO

Diante dos dados apresentados, surgem duas indagações:

- Quais são os prejuízos que esse tipo de contratação pode causar em sala de aula, mais precisamente, na relação ensino-aprendizagem?,

- porque mesmo recebendo um valor hora-aula visivelmente mais elevado do que a média do mercado, existe um elevado grau de insatisfação (90%) em relação à modalidade contratual em foco?.

Respondendo o primeiro dos questionamentos, o informante – mestre 2 ressaltou que "seria muito ingênuo pensar que a relação do capital-trabalho, a relação do professor e a flexibilização de seus direitos não tem conseqüências na sala de aula".

Os dados coletados permitem constatar que 90% dos informantes acreditam que a relação trabalhista oferecida por essa modalidade contratual atinge diretamente a motivação do professor, impossibilita o compromisso e envolvimento profissional do docente com a instituição educacional e coloca em risco a relação ensino-aprendizagem. Apenas 10%, um único informante, afirmou que independente da forma de contratação, seu desempenho em sala de aula sempre será o mesmo, não comprometendo de modo algum o exercício da docência.

> Meu desempenho da função docente é sempre igual. Pelo menos eu, como professor há quatorze anos, depois que entro em sala de aula, esqueço se sou cooperativado ou se estou recebendo os direitos trabalhistas - Depoimento Doutor 1.

Contrariamente a essa posição, constatamos no discurso da maioria dos professores uma grande dicotomia no exercício da docência. Há um conflito entre o compromisso ético em relação aos alunos e a realidade trabalhista.

> Quando um professor entra em sala de aula, deixa ou deveria deixar de fora os problemas e insatisfações. Nosso aluno não pode ser punido por não estarmos satisfeitos com a política de valorização docente. Ensinar e aprender é o nosso objetivo e deve ser cumprido a qualquer custo, desde o momento que aceitamos e assumimos a contratação. Por mais que tivesse

> consciência do compromisso com o aluno, ficou difícil manter a motivação. Todos os problemas trazidos pelo regime de cooperativas seriam menos graves, se associado a ele não viesse um modelo de gestão que desconsidera o ser humano, que cada profissional da educação é – Depoimento Mestre 3.

Por um lado, os ideais em relação ao papel social da função docente, ideais que fazem da docência "uma missão divina – de abrir mentes e corações para o saber humano", uma "magnífica responsabilidade de formar seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter" (Ferreira, 2007), por outro, um cotidiano laboral marcado consensualmente, conforme os informantes, pela exploração profissional, desvalorização do professor, ausência de direitos trabalhista e fragilização da auto-estima do docente.

Além dos fortes vínculos existentes entre o envolvimento do professor, o regime contratual e o grau de valorização da IES com relação ao corpo docente, a pesquisa aponta principalmente que a contratação por meio de cooperativas coloca em risco a relação ensino-aprendizagem ao constatar a eminente fragilização do compromisso ético com a formação dos alunos. Esta leitura se vê reforçada diante de um outro dado importante: a provisoriedade da permanência do docente nesse sistema de trabalho, uma vez que 90% dos informantes afirmaram que abandonariam a sala de aula caso aparecesse a oportunidade de ingressarem em um sistema de trabalho via CLT. As entrevistas revelaram a existência, na maioria dos entrevistados, de uma atitude permanente de atenção e de expectativa diante de novas oportunidades de emprego com melhores condições de trabalho.

Uma rápida leitura dos dados da pesquisa pode levar a fazer uma afirmação precipitada, ressaltando que a adoção da contratação por meio de cooperativas prejudica a relação ensino-aprendizagem e a formação dos alunos.

No entanto, a pesquisa aponta que a contratação por meio de cooperativas coloca em risco a relação ensino-aprendizagem. Isso significa a existência de um risco que pode vir a ocorrer ou não. Convém ressaltar que no exercício da docência há um componente de subjetividade muito grande, o professor pode quebrar ou não o compromisso ético com a formação do aluno.

Diante disto, não deve causar surpresa caso surjam resultados positivos referentes às avaliações do MEC em relação ao desempenho de alunos formados por professores cooperativados. O modelo contratual acentua o risco, mas isto não significa que ocorrerá.

Então, respondendo a primeira das indagações, pode-se afirmar que haverá prejuízos sempre que os professores quebrem seu compromisso ético com a formação dos alunos diante da precariedade da relação contratual, ficando um risco eminente em aberto.

Em relação à segunda indagação, surgem várias hipóteses explicativas, todas elas plausíveis.

- Uma primeira explicação pode ser obtida a partir das teorias de um dos pais da sociologia da educação, Emile Durkheim, por meio da sua teoria dos fatos sociais. Para ele os fatos sociais são formas de agir, de pensar e de sentir externas ao indivíduo, dotadas de poder coercitivo sobre os mesmos. A partir desta visão, o regime celetista é considerado, na consciência coletiva, ou seja, no comum da média dos indivíduos da sociedade brasileira, um valor simbólico que representa a inclusão no mercado formal de trabalho e um valor de cidadania. A não existência deste valor, teria um forte poder coercitivo, gerando insatisfação e sofrimento nos professores, mesmo recebendo um valor hora/aula maior do que o estipulado pelo mercado. A partir disto poderia se compreender a insatisfação generalizada dos informantes diante da forma contratual objeto deste estudo.
- Uma segunda explicação pode ser realizada a partir de Zabalza (2004, p. 133), que ao abordar as organizações universitárias, especificamente a questão da satisfação pessoal e profissional do

professor universitário, ressalta que não necessariamente um bom salário geraria efeitos positivos na satisfação profissional. Este autor dá ênfase especial a um outro aspecto importante que nos ajudaria a compreender a segunda indagação, ao apontar que "a melhora da satisfação virá pela melhora nas relações que os sujeitos mantêm com seu trabalho", na medida em que teriam maior reconhecimento do próprio trabalho, perspectivas de crescimento profissional, aumento das cotas de responsabilidade e autonomia na tomada de decisões, sucesso profissional, entre outros fatores. A partir da leitura de Zabalza, confrontado com o objeto de estudo, podemos afirmar que os professores cooperativados mantêm frágeis relações com a organização educacional à medida em que, segundo os mesmos, não se sentem partícipes do empreendimento educacional, não visualizando crescimento profissional ou boas relações trabalhistas. Nesta perspectiva, apesar de haver um valor hora-aula maior do que a média do mercado, o grau de insatisfação se mantém elevado porque não há uma relação positiva entre o professor e a organização na qual exerce a docência.

- Uma terceira explicação se pode encontrar no campo da psicologia, na teoria das hierarquias das necessidades de Abraham Maslow, a mesma que é utilizada para compreender o funcionamento das organizações e na própria gestão educacional. Maslow concebe as necessidades humanas em cinco tipos: a) fisiológicas, b) segurança; c) sociais; d) estima; e auto-realização, ordenadas em forma hierárquica de acordo com a sua importância e cuja satisfação segue a ordem acima mencionada (Apud. OYARCE, 1999, p. 135). A partir desta teoria, o professor cooperativado ao trabalhar nesse regime contratual teóricamente conseguiria suprir somente suas necessidades fisiológicas. Mas isso não seria suficiente. A provisoriedade da permanência do docente nesse sistema de trabalho e sua atitude permanente de atenção e de expectativa diante de novas oportunidades de emprego com melhores condições de trabalho, justificariam-se na medida em que o sistema de

cooperativas não fornece aos professores a segurança que oferece o regime celetista diante da demissão, doenças e outros imprevistos. Ao não oferecer segurança o professor vai à procura de uma IES que preencha esta necessidade e lhe possibilite satisfazer outras necessidades, como pertencer e ser aceito por um grupo (necessidades sociais), de reconhecimento de status (necessidades de estima), visando a auto-realização, como pessoa e profissional.

As várias hipóteses explicativas elencadas revelam a multiplicidade de leituras que podem ser realizadas no campo das ciências sociais. Contudo, deve-se ressaltar que a terceirização de professores por meio de cooperativas é uma prática que vem mobilizando os sindicatos de professores, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho. A justiça brasileira está agindo contra as IES que utilizam cooperativas de forma fraudulenta, por meio de multas e indenizações em benefício dos professores/trabalhadores. Trata-se de uma forma contratual que se expande e fica difícil dimensioná-la, gerando distorções no mercado de educação superior, uma vez que se pratica a concorrência desleal, prejudicando aqueles empreendimentos educacionais que agem de acordo com regulamentações da lei, pagando impostos, encargos sociais e trabalhistas.

Referências Bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Editora Nacional, 1990.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Por uma extensão universitária solidária, fraterna e humana. In **Educação Superior: Construindo a extensão universitária nas IES particulares**, Adolfo Ignacio Calderón (org). São Paulo: Xamã, 2007.

GIOSA, Lívio Antonio. **Terceirização uma abordagem estratégica.** São Paulo: Pioneira, 1997.

LAKATOS, Eva e MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Rogério César de Cerqueira. **As Sete Pragas da Universidade**. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades,1980.

_____As sete pragas da universidade Revisitadas. In **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 01/10/2000.

OYARCE, Otoniel. **Gestión educativa. Enfoques y procesos**. Lima: Fondo de Desarrollo Editorial, Universidad de Lima, 1999.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: Seu cenário e seus protagonistas.** São Paulo: Editora ArtMed, 2004.

TAKAHASHI, Fábio. Folha Online. **Em crise, escolas terceirizam professor.** São Paulo, 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u19139.shtml>. Acesso em: 27 nov.2006.

VASCONCELOS, Maria Lucia. **Autoridade docente no ensino superior. Discussões e Encaminhamentos**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2006.